

XI ECOECO

VII Congreso Iberoamericano
Desarrollo y Ambiente

XI ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO
Araraquara-SP - Brasil

AS PRÁTICAS TRADICIONAIS DE PRODUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
LUTAS E CONQUISTAS DOS TRABALHADORES RURAIS NA ILHA DE SÃO LUÍS DO
MARANHÃO

Olena Volodymyrivna Kovtun (UFMA) - okovtun@outlook.com

Engenheira Zootécnica, Ph.D. em Ciências Agrárias, Professora Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFMA

**As práticas tradicionais de produção e o desenvolvimento sustentável:
lutas e conquistas dos trabalhadores rurais na Ilha de São Luís do Maranhão**

Resumo

A perspectiva que se defende nas Diretrizes internacionais para o desenvolvimento sustentável, segundo qual o crescimento económico de qualquer país deve ser acompanhado pela diminuição de pobreza, principalmente, nas periferias urbanas e zonas rurais e, pela preservação do meio ambiente, assenta na importância da criação de empregos verdes e trabalho digno, direccionados para as populações mais vulneráveis. Contudo, observa-se que a falta de possibilidades para as populações das zonas rurais de São Luís do Maranhão continua ser um dos principais obstáculos à inclusão social e ao trabalho digno face às lógicas diferenciadas de ocupação e uso do território de modelos modernos do desenvolvimento industrial, implantados pelo Estado em parceria com as empresas privadas capitalistas. Pressupõe-se que o crescimento económico só servirá como chave do progresso ambiental da região, se conseguir que as linhas estratégicas internacionais cheguem e, sejam apropriadas aos contextos locais.

Introdução

Segundo as expectativas da Organização Internacional de Trabalho (OIT) que é um dos parceiros da Iniciativa de Empregos Verdes¹, estes últimos trazem a promessa de que a humanidade saberá enfrentar os dois desafios: ambiental² e de trabalho decente³, definitivos no século XXI: o primeiro, “... evitar às mudanças climáticas perigosas e potencialmente inadministráveis e proteger o meio ambiente natural, que sustenta a vida no planeta” e, o segundo, “ ... garantir trabalho decente e, portanto, o bem-estar e dignidade para todos em face do rápido crescimento demográfico mundial e do cenário atual de mais de um bilhão de pessoas excluídas do desenvolvimento econômico e social” (PNUMA, 2013:1).

Na Ilha de São Luís do Maranhão existem populações locais cujas raízes há séculos pertencem às terras e que procuram manter os seus modos de vida próprios, confrontando às lógicas diferenciadas de lugar inscritas nos modelos modernos do

¹ PNUMA – O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e é voz do meio ambiente. Ele actua como defensor, educador, catalisador e facilitador promovendo o uso inteligente dos recursos naturais do planeta, garantindo o desenvolvimento sustentável; OIT – A Organização Internacional do Trabalho é um organismo tripartite das Nações Unidas que articula os Governos, Empregadores e Trabalhadores de seus Estados- Membro em torno das acções comuns voltadas para o trabalho decente em todo o mundo; CSI – A Confederação Sindical Internacional, tem como missão a promoção e a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores por meio da cooperação internacional entre sindicatos, está representada por 168 milhões de trabalhadores em 155 países e territórios e possui 311 organizações nacionais afiliadas; OIE – A Organização Internacional de Empregadores, aderiu a Iniciativa EV em 2008 e é reconhecida como a única organização em nível internacional que representa os interesses das Empresas no âmbito de políticas trabalhistas e sociais. OIE é composta por 146 organizações nacionais de Empregadores de 138 países de todo mundo (PNUMA, 2008:28).

² PNUMA apresenta o desafio ambiental traduzido em números: i) Desastres naturais relacionados ao clima: 262 milhões de pessoas afetadas por ano entre 2000 e 2004 ; ii) Escassez de água: 1,8 bilhão de pessoas deve sofrer com a escassez de água doce até 2025, sobretudo na Ásia e África; iii) Refugiados ambientais: nos próximos anos, aproximadamente 50 milhões de pessoas podem ser forçadas a se tornar refugiadas ambientais em virtude das mudanças climáticas; iv) Deslocamentos devido a enchentes: 330 milhões de pessoas estão cada vez mais expostas a enchentes em áreas litorâneas, planícies aluviais e pequenos Estados insulares; v) Escassez de alimentos e desnutrição: afetam atualmente 180 milhões de pessoas, número que pode subir para 600 milhões até 2080; vi) Poluição: a cada ano, ocorrem 2 milhões de mortes prematuras em todo o mundo em decorrência da poluição do ar em ambientes fechados e a céu aberto; vii) Perda de biodiversidade: a grande maioria das espécies bem estudadas está diminuindo em termos de distribuição e abundância ou ambos; viii) Os produtos e processos biológicos compõem 40% da economia globalizada; ix) Pessoas em situação de pobreza, principalmente as que vivem em áreas de baixa produtividade agrícola, dependem intensamente da diversidade genética do meio ambiente.

³ O desafio de trabalho decente: i) Trabalhadores em situação de pobreza: 1,3 bilhão de pessoas no mundo cuja renda é tão baixa que elas e seus familiares não conseguem ultrapassar a linha da pobreza de US\$ 2 por dia (mais de 43% da força de trabalho mundial); ii) Desempregados: 190 milhões em todo o mundo; iii) Jovens à procura de emprego: nos próximos 10 anos, haverá um número adicional de mais de 500 milhões de jovens em busca de um emprego; iv) Insegurança: 5,3 bilhões pessoas sem acesso a qualquer benefício de previdência social; v) Acesso a energia: 1,6 bilhão de pessoas sem acesso a energias modernas (quase 1 em cada 4 seres humanos vivos hoje); vi) Moradia adequada: um bilhão de pessoas que vivem em favelas ou bairros de lata ocupa moradias precárias que carecem de infra-estrutura básica, como água limpa e saneamento.

desenvolvimento industrial implantados pelo Estado Brasileiro em parceria com o setor privado capitalista. Do ponto de vista ambiental a expansão de projetos industriais globalizados provoca grandes impactos sentidos pelas populações locais, tais como “destruição de mangues e pelas dificuldades expressas com a redução das atividades pesqueiras, além do próprio estrangulamento da agricultura familiar nessas regiões”. As comunidades rurais que vivem nesses territórios, cujo destino “não está circunscrito às necessidades imediatas do local, mas às de sua conectividade com o global, aparecem como elos mais frágeis da corrente que une desenvolvimento, degradação ambiental e injustiça ambiental”.

No Estado do Maranhão, os órgãos governamentais e ONGs Internacionais (ONG PLAN) começaram intervir nas comunidades que adquiriram o título de assentamento rural, incentivando-as implementar novas práticas de produção agro-pecuária, realizando os cursos de formação prévia e possibilitando todo apoio durante a vigência dos contratos. No entanto, findo o prazo do contrato para os moradores tornava-se difícil manter as práticas implementadas, tendo em conta que o acesso às matérias-primas cessava gradativamente. Não tendo a possibilidade de comprar muitas das vezes deixam de lado os cultivos aprendidos e voltam às culturas tradicionais.

Objetivos

O objetivo geral do presente estudo visa analisar a dimensão econômica e ambiental das práticas tradicionais de produção nas comunidades rurais da zona rural II em São Luís do Maranhão, bem como, observar como estas práticas se afirmam confrontadas pelas investidas estatais ou empresariais do tipo industrial e apoiadas pelas organizações não governamentais.

Resultados esperados

Os indicadores socio-econômicos e ambientais estudados do espaço produtivo rural demonstram que não existe uma adequada articulação entre os objetivos apresentados nas diretrizes internacionais e opções do Estado de Maranhão no que diz respeito aos investimentos em capital humano e social através de criação e implementação de políticas públicas e o seu impacto no crescimento econômico e no desenvolvimento rural sustentável.

Bibliografia

- Alier Joan Martinez (1992), *O Ecologismo dos pobres*. Tradução de Francisco Mendonça. In revista WANI, Nº.125. Pp. 2-42 a 50. Consultado em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/>
- Alier Joan Martinez (2012), *Economía Ecológica y Justicia Ambiental*. Universidad Autónoma de Barcelona.
- Alves, E. J. P.; Sant’Ana Júnior, H. A.; Mendonça, B. R. (2007) Projetos de Desenvolvimento, Impactos Sócio-Ambientais e a Reserva Extrativista do Taim. Ciências Humanas em Revista. Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas. São Luís, 2007. v. 5 Número Especial. Semestral. p. 29-40.
- Amazonas, M. C. *Economia do meio ambiente – uma análise da abordagem neoclássica a partir de marcos evolucionistas e institucionalistas*, f. 215 – Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- Amazonas, M. C. “Desenvolvimento Sustentável e teoria económica: o debate conceitual nas perspectivas neoclássica, institucionalista e da economia ecológica”, in: Nobre, Marcos; Amazonas, Maurício de Carvalho, *Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília: Ed. IBAMA, pp.107-286. 2002.
- Bourdieu, Pierre (1999). *A miséria do mundo*. Editora Vozes. Petropolis. 747p.
- Damasceno, Elena Steinhorst e Sant’Ana Junior, Horácio Antunes de (2012) Conflitos Ambientais e a Criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís – MA. In Almeida, J., Gerhardt, C., Magalhães, S. B. (Org.), Dossiê 3: Contextos Rurais e Agenda Ambiental no Brasil: práticas, políticas, conflitos, interpretações. P.158.
- Escobar, Arturo (2005), O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. *En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. pp.133-168. Consultado em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Escobar.rtf>
- Giddens, Anthony, (1991), *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP.
- Giddens, Anthony, (2012), *O mundo na era da Globalização*. Tradução de Saul Barata. Editorial Presença, p. 89.

- Guimarães, Roberto Pereira. “Desenvolvimento Sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas”, in Becker, B. & Miranda, M. (Org.). *A geografia política do Desenvolvimento Sustentável*. RJ: Editora UFRJ , pp. 13-44. 1997.
- Maharajh, Rasigan (2011), *A economia verde, a pobreza e a desigualdade mundial*. Ateliê Internacional Biocivilização para a Sustentabilidade da Vida e do Planeta, Rio de Janeiro, Brasil. Consultado em 13/09/14: <http://rio20.net/pt-br/>
- Sant’Ana Júnior, H. A; Pereira, M. J. F; Alves, E. J. P; Pereira, C. R. A (orgs.) (2009). *Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim*. São Luís: EDUFMA, pp. 255-274. Consultado em: <http://www.gedmma.ufma.br/>
- Silva, Tarcísio Augusto Alves da e Paulo, Maria de Assunção Lima de (2013), *Novas dinâmicas territoriais e a emergência de conflitos socioambientais em Pernambuco - Brasil*. Universidade Federal Rural de Pernambuco – Brasil, consultado em: <http://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/03/162.pdf>
- Silva, Sislene Costa da (2009), *Formas de apropriação dos espaços e recursos naturais e relações de sociabilidade na comunidade Taim, São Luís – MA*. In Sant’Ana Júnior H.A., Pereira M. J. F., Alves, E. J. P., Pereira, C. R.A. (org.) *Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim*. EDUFMA
- Sen, Amartya (2003). *O desenvolvimento como Liberdade*. (Tradução Joaquim Coelho Rosa). Gradiva. 365p
- Stiegler, Bernard (2010), *For a New Critique of Political Economy*. Polity Press, Cambridge. Em: <http://books.google.cv/books>
- Tiabo, Carlos. *Decrescimento, crise e capitalismo*. Estaleiro Editora, 2010.
- PNUMA – 2013. *Empregos Verdes: Trabalho decente em um mundo sustentável e com baixas emissões de carbono*. www.unep.org/labour_environment/
- PNUMA: www.unep.org/civil_society/Publications/index.asp
- PNUMA: www.unep.org/labour_environment/features/greenjobs.asp